

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.014, DE 2007

Dispõe sobre a criação da Escola Técnica Federal à distância de Franca - SP

Autor: Deputado Dr. Ubiali

Relator: Deputado Vicentinho

I - RELATÓRIO

A proposição epigrafada, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões desta *Casa Legislativa*, autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal no Município paulista de Franca, como também os cargos, empregos e funções indispensáveis ao funcionamento dessa instituição.

A Escola somente seria instalada quando existirem recursos orçamentários a ela destinados, utilizaria o sistema de ensino à distância, observaria o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e poderia celebrar convênios com o Estado de São Paulo e com Municípios. A organização da entidade seria definida em seu Estatuto, em consonância com as normas legais pertinentes.

O Autor da proposta informa que a população de Franca supera os 300.000 habitantes, enquanto a população das cidades situadas em sua área de influência soma cerca de 700.000 habitantes. E justifica sua propositura afirmando que menos de 1% da demanda de Franca por ensino gratuito é atendida pela rede pública de ensino.



8E417CA939

O prazo regimentalmente previsto transcorreu sem que nenhuma emenda ao projeto fosse apresentada a este colegiado.

II - VOTO DO RELATOR

Estamos cientes dos questionamentos feitos à constitucionalidade de proposições como a sob parecer, as quais, a despeito do caráter autorizativo, incorreriam em vício de iniciativa por afronta ao disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alíneas a e e. Na espécie, há ainda autorização para criação de número indeterminado de cargos, empregos e funções. Todavia, fiéis ao normas regimentais, respeitamos a competência privativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para apreciar tais aspectos, limitando nossa análise estritamente ao mérito da proposta.

Em tal sentido, a criação da Escola Técnica Federal de Franca, dedicada, especialmente, ao ensino à distância, proporcionará a democratização do ensino e, por via de consequência, a redução das desigualdades sociais. Ademais, nenhum prejuízo pode advir na proposta, já que a entidade somente será instalada quando o Poder Executivo julgar conveniente e oportuno e desde que haja recursos orçamentários consignados para tal fim.

Pelo exposto, voto pela integral aprovação do Projeto de Lei nº 2.014, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado Vicentinho
Relator



ArquivoTempV.doc

8E417CA939

